

# ENCONTRO DE QUADROS ANGOLANOS DA DIÁSPORA

## CONCLUSÕES FINAIS

Por deliberação do Governo da República de Angola, o Secretariado do Conselho de Ministros organizou em Luanda, de 6 a 10 de Novembro de 2004, o Encontro de Quadros Angolanos na Diáspora, com a participação de 253 cidadãos angolanos, provenientes de 25 países e 263 outros residentes no País.

Nos dias 6 e 7, os participantes visitaram as províncias do Bengo, Bié, Luanda, Lunda Sul, Kuanza Sul e Malanje, onde tomaram conhecimento da realidade das respectivas províncias, visitaram empreendimentos de natureza económica e social e estabeleceram contactos com responsáveis locais.

No dia 8 de Novembro, deu-se início aos trabalhos, no Palácio dos Congressos, tendo a sessão de abertura sido presidida por Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Roberto de Almeida — Presidente da Assembleia Nacional, que esteve ladeado por Sua Ex<sup>a</sup> o Sr. Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nandó” — Primeiro Ministro da República de Angola, pelos Ministros das Relações Exteriores e da Administração do Território, pelo Secretário do Conselho de Ministros e pelo Coordenador da Comissão de Gestão do Governo da Província de Luanda.

De acordo com o programa do certame, os temas foram distribuídos por 3 painéis, a saber:

- I. **A REALIDADE DOS QUADROS NA DIÁSPORA**, com os temas: “**A Fuga dos Cérebros: Causas e Efeitos**” dissertado pelo Dr. Vera Cruz; “**A Problemática dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos**”

**Angolanos na Diáspora”, pelo Dr. Amadeu Nunes e “O Drama do Regresso à Pátria”, pelo Dr. Morais Guerra.**

II. **ESTRATÉGIAS DE MERCADO DE EMPREGO E PARTICIPAÇÃO DOS QUADROS NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PÁTRIA**, com os temas: **“Uma Perspectiva do Mercado de Emprego em Angola”**, dissertado pelo Dr. Sebastião Luquinda; **“Medidas e Programas de Financiamento e Fomento do Emprego e Auto-Emprego”** pelo Dr. Teodoro da Paixão Franco; **“A Estratégia Sócio-Económica: Papel e Lugar de Desenvolvimento do Capital Humano”**, pela Dr<sup>a</sup> Ana Dias Lourenço; **“Perspectiva de Participação dos Quadros na Diáspora no Desenvolvimento da Pátria”**, pelo Dr. Aguinaldo Jaime.

III. **ANGOLA: PAZ, RECONCILIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO NACIONAL**, com os temas: **“Os Traumas das Guerras em Angola”** apresentado pela Dr<sup>a</sup> Maria da Encarnação Pimenta, **“Os Desafios da Consolidação da Paz e Reconciliação Nacional”**, pelo Dr. Ambrósio Lukoki; **“Oportunidades e Garantias do Investimento Privado”**, pelo Eng<sup>o</sup>. Carlos Fernandes; **“Parcerias Público-Privadas e a Transição Económica em Angola”**, pela Dr<sup>a</sup> Mariana Abrantes de Sousa.

## **CONCLUSÕES**

Relativamente ao tema **“A Fuga dos Cérebros: Causas e Efeitos”**, apresentado pelo Dr. Vera Cruz, concluiu-se o seguinte:

1. Que o Governo constitua uma comissão integrada por personalidades independentes, em representação de

cinco áreas estratégicas do conhecimento aplicado ao desenvolvimento, que proponha as bases para uma política de aproveitamento dos quadros existentes, sem distinção dos que estão no País e dos que estão no exterior.

A referida comissão deve ouvir as autoridades locais, as personalidades de relevo, os quadros no terreno, que se distinguem pela experiência no desempenho das suas funções (notáveis), colher pareceres técnicos e testemunhos, integrando-os nas propostas a apresentar, contando para tal com o apoio do governo;

2. Continuar o esforço de registo, controlo e acompanhamento dos quadros angolanos na diáspora;
3. Elaborar programas para atender organizadamente os quadros que regressam à Partia;
4. Que as políticas de aproveitamento de quadros partam de opções de desenvolvimento por sectores, com funções definidas e com o acompanhamento de infra-estruturas e condições necessárias para a fixação das pessoas, tendo como opção prioritária as províncias do interior do País. Por outro lado, não podem deixar de ser considerados os quadros que, embora permanecendo no exterior, estão disponíveis para contribuir com a sua capacidade e competência, para a implementação de tais políticas.
5. Considerar que o êxito de qualquer política de aproveitamento de recursos humanos especializados, sobretudo os de nível superior, implica reformas político-administrativas de fundo que impõem regras de direito e a sua aplicação efectiva, passando necessariamente pelo reforço da independência dos tribunais e das universidades, a regulação da vida económica por entidades independentes, a análise e avaliação das

contas do Estado, bem como o investimento na educação e investigação científica.

6. Considerar que, nesta era de globalização, a inserção na modernidade passa por um conhecimento esclarecido da identidade nacional corporizada pelo Estado, governando com valores democráticos. Para isso, dever-se-á construir um sector público forte, ao serviço da unidade nacional e da consolidação do Estado, assente na excelência do exercício de funções e nas escolhas funcionais por competência e adequação.

Relativamente ao tema “**A Problemática dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos Angolanos na Diáspora**”, apresentado pelo Dr. Amadeu Leitão Nunes, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Que é necessária a tomada de medidas globais, ao nível nacional que permitam, por um lado, gerir eficazmente as migrações e controlar as emigrações, garantindo os direitos fundamentais dos migrantes, com a existência de uma política que reflecta os valores e as prioridades nacionais e que seja coerente, global, eficaz, equitativa (justa), transparente, consensual e compatível com as normas internacionalmente aceites;
2. Que a política e a prática relativas às migrações e à protecção dos migrantes repousem sobre uma base legal solidamente fundamentada, não só no respeito pelo direito nacional e internacional, mas também no debate aberto e no diálogo social entre os principais intervenientes no processo, incluindo os representantes dos cidadãos na diáspora;
3. Que seja adoptada uma política de cooperação internacional e regional tendente a facilitar e a controlar os movimentos migratórios;

4. Torna-se necessária a organização dos angolanos na diáspora, em associações legalmente constituídas nos países onde residam, por forma a defenderem os seus direitos e liberdades;
5. Impõe-se a necessidade do reforço humano e institucional (incluindo o financeiro) dos serviços diplomáticos vocacionados para o tratamento das questões relacionadas com a diáspora;
6. Que se mostra necessária a realização de um fórum nacional para debater em profundidade a questão da política nacional de migração, tendo em conta o resultado dos debates deste encontro de quadros e, por outro lado, que se projecte a realização regular de encontros semelhantes com os representantes angolanos de todos os países, segundo formato ou modalidade a definir;
7. Que se proceda a um estudo cuidado no sentido da ratificação e aplicação das normas internacionais do trabalho relativas aos trabalhadores migrantes, tendo em conta as convenções pertinentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Convenção Internacional de 1990 sobre os trabalhadores migrantes.

Em relação ao tema “**O Drama do Regresso à Pátria**”, apresentado pelo Dr. Morais Guerra, o encontro concluiu que:

1. O regresso dos quadros, sendo dramático ou não, é um factor preponderante para o reforço da unidade e reconciliação nacional e para a aceleração da reconstrução e desenvolvimento do país.
2. O imperativo, não é o regresso, mas sim a participação dos quadros angolanos lá onde a sua contribuição possa ser mais eficaz.

3. O conhecimento da realidade do País é elemento fundamental para a sensibilização dos quadros angolanos na diáspora, pelo que todos os recursos tecnológicos modernos devem ser utilizados para uma maior e melhor circulação de informação sobre o País.
4. As informações devem assentar numa lógica da procura e da oferta, por forma a que, ao anúncio das oportunidades de emprego, por parte do Estado e outras entidades empregadoras, corresponda a uma fácil localização e aferição do nível dos quadros angolanos dispostos a regressarem ao País ou a contribuírem a partir dos países de acolhimento;
5. A criação da bolsa nacional de quadros ou do banco de dados, com base em suportes informáticos, bem como em outras actividades complementares de assistência à comunidade, afigura-se como necessidade urgente, em moldes a determinar e que tenham em conta o trinómio custo/benefício/eficácia.
6. Para além da vontade política de acolher os quadros, é imperiosa a agilização dos mecanismos atinentes à análise, encaminhamento ou colocação dos quadros e que devam ser caracterizados pelos princípios da competência e igualdade de oportunidades.
7. Devem ser aplicados harmoniosamente as várias políticas conducentes ao asseguramento das condições mínimas indispensáveis para um regresso menos penoso dos quadros angolanos ao país, nomeadamente:
  - política salarial;
  - política habitacional;
  - política de incentivos, particularmente de carácter fiscal;

- política laboral específica para a obrigatoriedade, cada vez maior, do processo de angolanização do emprego, nos grandes sectores empregadores, nomeadamente as multinacionais e outras empresas estrangeiras.
8. Os quadros regressados ou a regressar devem ser portadores, sempre que possível de projectos exequíveis que possam ajudar o governo a implementar ou melhorar as suas políticas.
  9. Adaptação e actualização das estruturas e quadros dos sectores diplomático, consular, migratório, aduaneiro, policial e outros à realidade da problemática do regresso dos quadros angolanos ao país, tenha sempre uma perspectiva de, nos termos da lei, facilitar e não obstaculizar.
  10. É unânime que os resultados deste encontro não devam constituir letra morta, pelo que algumas acções concretas devem ser realizadas para dar corpo às ideias expressas. Assim, entre outras propõe-se:
    - a. A realização de encontros sectoriais de carácter técnico, nomeadamente por especialidades ou áreas de conhecimento;
    - b. A realização de encontros subsequentes, por regiões geográficas de implantação da nossa diáspora, a exemplo do que aconteceu em Portugal e Alemanha;
    - c. Uma ampla divulgação, mormente através da Internet das comunicações, prelecções e decisões deste encontro, por forma a beneficiar um leque mais amplo de quadros angolanos e outras pessoas

que por razões óbvias, não puderam estar fisicamente presentes;

Relativamente ao tema “**Uma Perspectiva do Mercado de Emprego em Angola**” apresentado pelo Dr. Sebastião Luquinda, chegaram-se às seguintes conclusões:

1. A nível do Estado, promover a criação de uma estrutura dotada de capacidade técnica e científica para a recolha e tratamento dos dados sobre o emprego e o desemprego e realizar estudos sobre projectos exequíveis de geração de emprego;
2. Investir na valorização dos recursos humanos nacionais no âmbito do combate ao desemprego, através da promoção de acções tais como a reactivação e expansão dos centros de formação, capacitação profissional e de emprego em parceria com a iniciativa privada;
3. Dedicar especial atenção às populações angolanas fixadas ao longo da fronteira terrestre e, relativamente ao repatriamento dos emigrantes ilegais, desenvolver uma diplomacia activa junto dos respectivos governos no sentido destes explicarem aos seus cidadãos as razões que obrigam a República de Angola a adoptar esse procedimento. Nesse quadro destacar como prioritários os contactos diplomáticos com os países da SADC.

Relativamente ao tema “**Medidas e Programas de Financiamento e Fomento do Emprego e do Auto-Emprego**” apresentado pelo Dr. Teodoro da Paixão Franco, chegaram-se às seguintes conclusões:

1. Considerar o processo de desenvolvimento económico como um grande e permanente pacto da sociedade em prol de mudanças no campo económico e social, capazes de viabilizar projectos e acções públicas e privadas que,

se bem conduzidas, resultam na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

2. Ter em atenção que, no plano económico, o desenvolvimento resulta do valor adicionado por cada agente de produção de bens e serviços, público e privado, da sua produtividade, do seu nível de informação e da velocidade com que realiza as suas transações;
3. Assim, dentre os catalisadores desse processo, dois agentes de mudança se destacam: os Recursos Humanos e o Estado.
4. Promover a tomada de posições baseadas em soluções de mercado que contemplem medidas expansionistas de crescimento económico, ainda que alicerçadas numa inflação programada, moderada e controlada.
5. No quadro das Parcerias Público-Privadas, não negligenciar o mercado real, estimulando a produção doméstica de bens e serviços. A par disso, projectar e implantar cadeias produtivas em diferentes regiões do País, com o objectivo de:
  - Produzir alimentos básicos;
  - Diminuir a importação de alimentos;
  - Fixar o trabalhador rural no campo com geração de emprego e renda;
  - Introduzir novas técnicas e práticas de trato das lavouras, com aumento da produtividade e da qualidade;
  - Incorporar terras improdutivas ou de produção incipiente e de recursos naturais na produção nacional competitiva;

- Aproveitar os produtos intermediários e os resíduos;
  - Implantar agro-indústrias e unidades de beneficiamento e processamento de recursos naturais.
6. Assegurar ao empresariado angolano apoio abrangente e multiforme que se reflecta não apenas no domínio financeiro, mas também no da disseminação da cultura empresarial, da promoção do espírito empresarial nos ensinos técnico- profissional, médio e superior, da massificação do uso das tecnologias de informação, da gestão das relações com os bancos e da combinação sincronizada de serviços.

Relativamente ao tema “**A Estratégia Sócio-Económica de Angola, Papel e Lugar de Desenvolvimento do Capital Humano**” apresentado pela Dr<sup>a</sup>. Ana Dias Lourenço, os participantes concluíram ser necessário:

1. Adoptar uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo que resulte de um amplo processo de consultas, permitindo assim que todos os potenciais actores se revejam nela;
2. Combinar, ali onde seja possível, a contratação imediata com o incentivo ao regresso, a fim de evitar situações de desemprego e desânimo;
3. Organizar programas de apoio ao reagrupamento familiar, a fim de se tornar o regresso mais fácil e desejado;
4. Criar o programa “Regresso a Angola” que funcione em regime de parceria e rede, envolvendo os sectores mais interessados e representados das comunidades na diáspora.

Relativamente ao tema “**Perspectivas de Participação dos Quadros na Diáspora, no Desenvolvimento da Pátria**” apresentado pelo Dr. Aguinaldo Jaime, chegaram-se às seguintes conclusões:

1. Os quadros angolanos na diáspora devem tomar a decisão de regressar ao país, tendo presente a não existência de uma sociedade ideal e dispostos a encarar as dificuldades e os desafios que a pátria impõe;
2. Os quadros angolanos radicados no exterior, que tenham recursos disponíveis e que aqui queiram investir, beneficiarão dos direitos de repatriamento de capitais, de acordo com a lei;
3. Os quadros na diáspora que preferam não regressar, poderão, ainda que à distância, contribuir para a reconstrução e o desenvolvimento da pátria, acompanhando a evolução da situação económica e financeira do país, o que é possibilitado pelas tecnologias de informação e pela actividade dos serviços diplomáticos, consulares e representações comerciais de Angola no exterior. Deste modo, poderão participar nos seminários e workshops sobre Angola, ajudando a que se tenha uma percepção mais real sobre o país e poderão contribuir para a formulação de políticas, com base na experiência adquirida da diáspora, enriquecendo a Agenda Nacional de Consenso.

Em relação ao tema “**Os Traumas da Guerra em Angola**”, orientado pela Dr<sup>a</sup> Maria da Encarnação Pimenta, o certame concluiu que:

1. Os angolanos foram submetidos a situações traumáticas de uma forma activa e ininterrupta de 1961 a 2002, levando a que milhões de pessoas se tenham deslocado no interior do país e outros milhões se tenham refugiado

para o exterior do país, por causa da guerra, potenciada por outras situações imensuráveis;

2. Os traumas da guerra afectaram de forma efectiva e afectiva a pessoa angolana, principalmente os jovens e as crianças, o que levou ao desmorrar da sua personalidade e à alteração do seu *modus vivendi*;
3. Às crianças angolanas, em especial as de rua e na rua, se preste a melhor atenção, restaurando-se a situação vigente e as consequências e reflexos que esta situação terá no seu futuro;
4. Se organizem programas de reeducação de jovens, com actividades destinadas a desenvolver a sensibilidade moral, o respeito mútuo, a compreensão, a solidariedade, a integração em grupos e na família, através do enquadramento em tarefas académicas, desportivas, culturais e religiosas;
5. Por forma a melhorar o atendimento aos antigos combatentes, o Ministério de tutela deve recrutar Assistentes Sociais, Psicólogos e Sociólogos e que passe a dar formação cívica básica aos seus quadros que lidam com esta faixa da sociedade, evitando potenciar ainda mais o efeito pós traumático da guerra;
6. O governo empreenda acções para reanimação da nossa cultura, desconhecida pelas gerações mais novas, criando mecanismos de a transmitir em forma de valores sócio-culturais;
7. Os estudantes de Psicologia, Sociologia e Serviços Sociais, façam estágios obrigatórios em unidades militares, escolas, cadeias, direcções de recursos humanos de empresas e serviços públicos, para se familiarizarem com a realidade do trabalho futuro e para se sentirem mais úteis à sociedade;

8. O potencial psicológico que os médicos tradicionais exercem junto das populações, sobretudo as mais desfavorecidas e a repercussão na vida social que esses profissionais da saúde mental e física têm, não seja descurado;
9. Foi realçada a importância e papel que o Estado e as instituições de solidariedade social, a família, a escola e os média têm no processo de reconstrução humana na aprendizagem dos valores;
10. O governo deve dar maior atenção aos quadros angolanos no seu todo, para que a sua inserção na reconstrução do país seja efectiva.

Em relação ao tema “**Os Desafios da Consolidação da Paz e da Reconciliação Nacional**” apresentado pelo Dr. Ambrósio Lukoki, concluiu-se que:

1. Os historiadores devem empenhar-se em escrever (rescrever) a História de Angola e de todos os angolanos, para permitir que as gerações vindouras sejam informadas e educadas, dentre outros aspectos, sobre o perigo da guerra e o benefício da paz;
2. A guerra civil em Angola não conseguiu destruir o sentimento nacional dos angolanos podendo-se mesmo afirmar que o sofrimento por que passaram, tornou-o mais forte e solidário;
3. O único vencedor desta luta entre irmãos é e sempre será o povo angolano, que tudo deve fazer em prol da consolidação da paz e da Reconstrução Nacional;
4. O direito de segurança de que o Estado é o garante, encontra-se perturbado pela delinquência urbana e

comportamentos desprovidos de civismo de toda a ordem;

5. A inserção profissional permita, mesmo aos mais fracos, uma integração mais duradoura;
6. Sendo a família o núcleo onde o indivíduo faz a aprendizagem dos valores e normas da solidariedade, ela constitui o refúgio e o capital que caracterizam a afectividade social;
7. Desempenhando a escola um papel complementar ao da família, no quadro da formação de um grupo social tão importante como o da juventude, tendo em conta que é da instrução que nasce a grandeza de uma Nação, a ela deve ser prestada uma especial atenção;

Em relação ao tema **“Oportunidades e Garantias do Investimento Privado”** apresentado pelo Eng<sup>o</sup>. Carlos Fernandes, concluiu-se pela necessidade de:

1. Promoção de projectos e oportunidades de investimento, com as seguintes acções:
  - Acelerar o processo de privatizações;
  - Consolidar os existentes e criar novos “parques industriais e agro-industriais” ;
  - Criar um “banco de dados” de oportunidades de investimento;
2. Relançamento do empresariado nacional prevendo-se:
  - Nas empresas já privatizadas: programas de saneamento financeiro e de reabilitação;

- Nas empresas por privatizar: vinculação da transferência da propriedade à programas de desenvolvimento de viabilidade económica e financeira comprovada;
- Saneamento económico-financeiro e legal nos dois casos.
- Seminários sobre Formas de Associação Empresarial, incluindo “ joint ventures”, Formas Contratuais, incluindo a “Transferência de Tecnologia”;
- Regulamentação sobre “Joint ventur” e “Transferência de Tecnologia”;
- Estudo da distribuição espacial do investimento relativo ao sector não petrolífero, tendo em conta as áreas prioritárias para o investimento definidas na lei, associadas a uma política diferenciada de incentivos, consentânea com os objectivos de política económica definidas pelo governo e utilizando como variáveis os pólos de desenvolvimento.

Em relação ao tema: **“Parcerias Público-Privadas e os Desafios da Transição Económica”**, apresentado pela Dra. Mariana Abrantes de Sousa, concluiu-se o seguinte:

1. Promover a empresarialização progressiva e a gestão comercial de serviços públicos;
2. Relançar o empresariado nacional;
3. Desenvolver uma abordagem de parceria com as instituições financeiras internacionais;
4. Promover o mérito e os contactos profissionais e apoiar o networking e o conhecimento do mercado angolano;

5. Promover esforço paralelo na elaboração de projectos piloto e na montagem de um programa de Parcerias Público-Privadas;
6. Criar uma Unidade Central de Parcerias Público-Privadas e cultivar capacidades analíticas, negociais e comerciais em defesa dos interesses do estado e do Público em geral.

Durante os três dias de trabalhos, os participantes louvaram o Governo por esta iniciativa que, pela primeira vez, congregou no País quadros angolanos da diáspora e exortaram a um maior entrosamento entre as estruturas diplomáticas e consulares com as comunidades angolanas residentes no estrangeiro.

Reconheceram que o encontro serviu não só para o conhecimento da realidade angolana, mas também para o reencontro com amigos e familiares, muitos dos quais separados há algumas décadas.

A natureza e a importância deste encontro de quadros angolanos da diáspora, organizado em Luanda, sensibilizou toda a comunidade nacional e internacional, igrejas e organizações não governamentais. Como resultado desta reacção, foram endereçadas à organização do evento mensagens de felicitações.

No decurso dos debates os participantes formularam várias propostas e sugestões que merecerão o devido tratamento pelas estruturas especializadas do Governo.

No final do encontro foram outorgados certificados de participação e diplomas de mérito aos patrocinadores, tendo sido proferidas palavras de agradecimento a todos os presentes pela sua participação.

Luanda, aos 10 de Novembro de 2004

**O ENCONTRO**  
**DE QUADROS ANGOLANOS DA DIÁSPORA.**